SUPRIMENTO DE FUNDO**PORTARIA 1657/2018-MP/PGJ**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor COSME LOBATO CORDEIRO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1498, lotado na Promotoria de Justiça de Ourém, a importância de R\$ 1.900,00 (mil novecentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 01/03/2018 a 30/04/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 400,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.500,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 14 de março de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 290180

PORTARIA 1658/2018-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor ÁDREA NAYARA GONÇALVES SAMPAIO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 9992701, lotada na Promotoria de Justiça de Juruti, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 08/03/2018 a 07/05/2018, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos procuradores e promotores de justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 300,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.400,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 300,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 14 de março de 2018.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 290184

OUTRAS MATÉRIAS**EXTRATO DA PORTARIA****Nº 06/2018-MP/5ª PJCDCC- ICOARACI**

Origem: 5ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

PORTARIA Nº 06/2018 - 5ª PJCDCC - ICOARACI

Procedimento Administrativo nº: 000013-125/2018

Data de Instauração: 05/03/2018

Fundamento Legal: Art.129, inciso III da CF/88, art. 8º da Lei 7347/1985(LACP), art.25, IV, a, b e 26, I e V da Lei 8625/1993, artigo 54, I, a, b, c e d da Lei Complementar nº057/2006.

Objeto: dar continuidade às diligências visando atender requisição do Senhor SERGIO ANTONIO NEIVA, que tem a pretensão de ser liberado da obrigatoriedade de confecção/ confirmação da digital necessária para o cadastramento biométrico do Passe Fácil.

SINTIA NONARA NEVES DE QUINTANILHA BIBAS MARADEI, 5ª Promotora de Justiça Cível de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci.

Protocolo: 289950

AVISO Nº 007/2018-CSMP

Faço público, a quem interessar possa que a 6ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 22 de março de 2018, às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:**1.Julgamento de Certames:**

1.1. Julgamento de Promoção à 2ª Entrância, para o cargo de **5º PJ CRIMINAL DE REDENÇÃO**, pelo critério de **MERECIMENTO**

- ED-049/2017 - Processo nº 076/2017/MP/CSMP.

1.2. Julgamento de Promoção à 2ª Entrância, para o cargo de **3º PJ DE BREVES**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-050/2017 - Processo nº 077/2017/MP/CSMP.

1.3. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de **PJ DE PORTO DE MOZ**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-051/2017 - Processo nº 078/2017/MP/CSMP.

1.4. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de **1º PJ DE SÃO FÉLIX DO XINGU**, pelo critério de **MERECIMENTO**-ED-052/2017 - Processo nº 079/2017/MP/CSMP.

1.5. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de **PJ DE JACAREACANGA**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-053/2017 - Processo nº 080/2017/MP/CSMP.

1.6. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de **PJ DE ANAJÁS**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-054/2017 - Processo nº 081/2017/MP/CSMP.

1.7. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de **PJ DE PORTEL**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-055/2017 - Processo nº 082/2017/MP/CSMP.

1.8. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de **PJ DE PACAJÁ**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-056/2017 - Processo nº 083/2017/MP/CSMP.

1.9. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de **PJ DE OURILÂNDIA DO NORTE**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-057/2017 - Processo nº 084/2017/MP/CSMP.

1.10. Julgamento de Remoção na 3ª Entrância, para o cargo de **2º PJ DE ENTORPECENTES DE BELÉM**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-058/2017 - Processo nº 086/2017/MP/CSMP.

1.11. Julgamento de Remoção na 3ª Entrância, para o cargo de **1º PJ DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE BELÉM**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-059/2017 - Processo nº 087/2017/MP/CSMP.

1.12. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de **15º PJ DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E ÓRFÃOS, INTERDITOS E INCAPAZES DE SANTARÉM**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-060/2017 - Processo nº 088/2017/MP/CSMP.

2.Julgamento de Processos:

2.1. Processo de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

2.1.1. Processo nº 002145-040/2017

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Em apuração

Origem: 8º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar notícia de desmatamento no Projeto de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Liberdade localizado entre os Municípios de Portel e Pacajá, também foram relatadas situações de venda de terras públicas e conflitos na área.

2.2 Processo de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

2.2.1. Processo nº 000007-012/2018

Requerente(s): Luciana Vasconcelos Mazza

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Para - CSMP

Origem: 7º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível

Assunto: Autos do Processo de Vitaliciamento da Promotora de Justiça Luciana Vasconcelos Mazza, previsto para o dia 01/04/2018.

2.3. Processos de Relatoria da Conselheira Maria do Socorro MARTINS Carvalho Mendo:

2.3.1. Processo nº 000712-040/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Josue Bengtson

Origem: 8º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar suposta irregularidade de Registro de Imóveis decorrente de Título Definitivo nº. 20 e possível viabilidade de ajuizamento de Ação Civil Pública.

2.3.2. Processo nº 000044-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba

Origem: 3ª Promotor de Justiça de Marituba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na aplicação de recursos de saúde destinados ao pagamento dos serviços de média e alta complexidade no período de julho de 2015 a fevereiro 2016.

3.O que ocorrer.

Belém-PA, 14 de março de 2018.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 290125

Extrato de Publicação do INQUÉRITO CIVIL nº. 000336-151/2016-MP/PJ/DPP/MA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 3º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. **DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS**, torna pública a instauração do **INQUÉRITO CIVIL nº. 000336-151/2016**, que se encontra à disposição na sede do Ministério

Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 022/2018

Data da Instauração: 27/02/2018

Objeto: Apurar a Manifestação nº. 0333/2016, com pedido de providências em face do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (MPCM/PA), ter cerca de 20% de seus servidores comissionados em desvio de função.

Promotor de Justiça: **DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS**

Protocolo: 290135

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2018-MP/11ªPJ/STM**

A 11ª Promotora de Justiça de Santarém, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no art. 4º, VI da Res. 23-CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 000149-340/2017, que se encontra à disposição no 11º Cargo de Promotor de Justiça de Santarém, situado na Av. Mendonça Furtado, nº 3991, Bairro: Liberdade, CEP. 68.040-148, Fone 3512-0400, Santarém/PA.

PORTARIA Nº 002/2018-MP/11ªPJ/STM

Interessados: EURICO DE SÁ BOTELHO "Botelho Motos"

Assunto: tutela dos direitos e interesses das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, no que concerne à acessibilidade, nos termos da NBR 9050:2015, da calçada do imóvel localizado no empreendimento Botelho Motos, localizado à Avenida Curuá-Una, nº 2215, Diamantino, nesta Cidade de Santarém/PA.

LARISSA BRASIL BRANDÃO - 11ª Promotora de Justiça de Santarém

Protocolo: 290055

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**Nº 000624-110/2014****PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO CALENDÁRIO DE 2012**

Entidade: ASSOCIAÇÃO DOS VETERANOS DESPORTISTAS DO SATÉLITE

Procedimento Administrativo Preliminar de Prestação de Contas Finalísticas. Ano-Calendarário de 2012. Associação de Interesse Social. Associação dos veteranos desportistas do satélite. Entidade não recebeu recursos públicos diretamente do orçamento da União, dos Estados e dos Municípios ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. Incidência do artigo 5º do Provimento Conjunto Nº 001/2017-MP/PGJ/CGMP. Arquivamento.

ARQUIVAMENTO**DOS FATOS**

Trata-se de Procedimento Administrativo Preliminar de Prestação de Contas Finalísticas do ano-calendarário 2012 instaurado em cumprimento nos artigos 127, caput, e 129, II da Constituição Federal; artigo 26, I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e dos artigo 3º do Decreto Lei nº 41, de 18/11/1966 e artigo 31 da Lei nº 8.743/93, em face da **Associação dos veteranos desportistas do satélite**, associação de direito privado, inscrita sob CNPJ: 10.201.496/0001-15, localizada na Rua S/N 03, s/n, coqueiro, CEP: 66.670-220, Belém/PA, na pessoa do seu representante legal. Juntamente com a PORTARIA Nº 314/2013-PAPPCF/PJTFFEISFRJE (fls.03/04) fora encaminhada a notificação, fls. 02. Em fls. 05 consta AR devolvido ao remetente.

Em fls. 06, consta certidão nº 061/2018-MP/2ªPJTFFEISFRJE expedida pelo apoio administrativo desta promotoria, a qual certificou que a entidade não apresentou a documentação referente a prestação de contas do ano-calendarário de 2012.

O Órgão Ministerial requisitou ao apoio Contábil para certificar se a entidade recebeu recursos públicos no ano-calendarário de 2012 (fls. 08).

O ACPJ expediu a Certidão nº 051/2018 atestando que, por meio de pesquisa efetuada no Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios (SIAFEM), no Diário Oficial do Estado do Pará, no Diário Oficial do Município de Belém e nos Portais da Transparência do Município de Belém, do Estado do Pará e do Governo Federal, a entidade **não** recebeu verbas públicas no ano-calendarário de 2012 (fls.10).

Estes são os fatos relevantes.

DA FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal estabelece as premissas primordiais atinentes ao dever de prestar contas no art. 70, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04.06.98, prescrevendo que "*prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária*".

Assim, denota-se que o dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem maneja recursos públicos, na sua mais lata acepção, assim entendidos os que provêm do erário ou pela sua natureza têm origem a tanto equiparada, como ocorre com as obrigações para fiscais.

Na seara infraconstitucional, as entidades de interesse social, como é o caso da **Associação dos veteranos desportistas**